

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



HISTÓRIA DAS MULHERES: O QUE LER?

André Bueno

Desde já, peço escusas pelo tom oportunamente pessoal que imprimirei neste ensaio. Ele nasceu de um projeto mais amplo, desenvolvido em fins do ano de 2015, quando me dedicava à construção de um Livro-fonte sobre a História das Mulheres. Duas condições básicas me levaram a formular a proposta de realizar esse livro; a primeira, do meu envolvimento com a causa feminista, indubitavelmente legítima em suas mais variadas formas de expressão; a segunda, de possuir certa experiência com a produção de Livros-fonte, um instrumento didático bastante eficaz para a divulgação e o estudo de documentos históricos fundamentais.

Após de ter realizado uma série de Livros-fontes sobre História Asiática – nos quais inclui uma seção especial à História das Mulheres – comecei a me perguntar o que seria necessário para construir um Livro-fonte sobre a História das Mulheres. Inicialmente, o projeto ficaria focado no ‘Oriente’ – isto é, Antigo Oriente Próximo, Índia e China. Todavia, uma pesquisa breve, tanto na rede quanto nas bibliografias disponíveis em português, me levou a uma constatação preocupante: embora se comente muito sobre o Feminismo e sobre a História das Mulheres, há uma carência muito grande no conhecimento das várias histórias das Mulheres, seus textos básicos, sua evolução ao longo dos milênios, a formação de seus conceitos e contextos.

Isso leva a reincidência problemática de um discurso ‘presentista’: muitxs autorxs citam-se mutuamente, mas sem dirigir-se ou indicar materiais acadêmicos e/ou documentos históricos. As pautas contemporâneas são guiadas por discussões absolutamente atuais [o que é totalmente compreensível]; no entanto, o desconhecimento sobre os textos femininos, feministas e misóginos fomenta certas dificuldades na formulação dos discursos e das propostas presentes na agenda das questões de gênero.

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



É necessário que me aprofunde um pouco mais nessa questão, a fim de evitar confusões; explicarei esse ponto através dos dois exemplos de problema dos mais corriqueiros. O primeiro trata-se, como já comentei rapidamente, do ciclo tautológico de afirmação dos conceitos feministas, sempre calcado na contemporaneidade. Por desconhecerem a origem das ideias, seu desenvolvimento, e suas autorias, muitos textos de divulgação pública afirmam positiva e coerentemente suas propostas, mas carecem de fundamentação consistente. Isso abre brechas perigosas, sob o risco de desqualificar o discurso proposto. Felizmente, as tentativas de desconstruir as afirmações feministas têm sido, em geral, tão ou mais despreparadas do que alguns desses textos, o que nos leva a constatar que grande parte da defesa do machismo usualmente é feita, tão somente, a partir da concepção de que o ‘machismo deve prevalecer’. Óbvio, esse ainda é o recurso da força física, que paulatinamente entra em desuso. Todavia, cumpre salientar que a formação dos quadros intelectuais feministas necessita aprofundar-se em suas origens históricas e conceituais. Apenas para citar um exemplo: muitos textos públicos feministas brasileiros, disponíveis na rede, praticamente não citam a obra basilar de Lélia Gonzalez [1935-1994], autora indispensável para se conhecer a trajetória do Feminismo no Brasil. Seus livros continuam, em grande parte, distantes do grande público, carecendo de reimpressões ou mesmo, de maior divulgação em sites de downloads, algo tão trivial nos dias de hoje. É muito mais comum citarem-se autorxs estrangeirxs, conectando-se com propostas feministas advindas da Europa e Estados Unidos, deixando de lado significativas produções brasileiras. Não afirmo isso em função de qualquer forma de nacionalismo redundante: simplesmente, faço o convite à leitura dessa autora, cuja atenção à cultura brasileira antecedeu em muito [ou mesmo, deu origem] a várias afirmações feministas atuais, tornando-a uma leitura indispensável para as questões de gênero no Brasil.

Essa abertura, no sentido do preparo dos quadros intelectuais e ativistas, tem permeado um segundo fenômeno, que contribuiu para ensejar o projeto do Livro-fonte: o uso do passado como justificativa para a conduta social e cultural do presente. Talvez, em nenhum outro campo, o passado é invocado com tanta força como nas questões de

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



Gênero, para justificar práticas e condutas misóginas. Tais questões, embora estejam sendo cada vez mais debatidas e desenvolvidas no contexto atual, são atravessadas com violência pelas evocações da tradição como sustentáculo do conservadorismo. Incapazes de discutir o assunto à luz da ciência, muitos indivíduos entregam-se a uma convocação do antigo, isenta de barreiras históricas e temporais, criando mecanismos conceituais evidentemente contraditórios, mas de fácil aceitação dada sua superficialidade.

Assim, preconceitos ancestrais, práticas machistas, ideias equivocadas, são amplamente divulgadas e aceitas porque são ‘antigas’. Por se entender que elas fazem parte de uma ‘tradição’, elas devem ser preservadas – a prejuízo, evidentemente, da condição feminina. Fica claro que essa é uma escolha restrita e dirigida; afinal, será difícil encontrar alguém que cogite em deixar seu carro na garagem para resgatar a tradição da cavalaria, ou de abandonar a moderna farmacopéia para retornar a alquimia. No entanto, crê-se – e ainda assim, por causa de um grupo seletivo de textos – que as relações com o Feminino devem ser tratadas em caráter especial, revelando toda a preocupação que existe em torno de sua afirmação.

Uma leitura mais ampla, relacionada aos textos sobre a História da Mulher, daria conta de dissolver essa formulação errônea. Disso podemos fornecer algumas indicações fáceis; alguns argumentadores brasileiros, por exemplo, justificam a submissão da condição feminina por conta de citações em *Levítico* – antigo texto bíblico que nos proíbe também de cortar o cabelo, usar roupas de tecidos diferentes, misturar alimentos à mesa, mas que permite a escravidão. É fácil perceber que o texto, além de estar ligado a um contexto espaço-temporal específico da história humana, tanto mais se torna de difícil aceitação pela sua amplitude de propostas, ligadas a uma outra realidade distinta da contemporânea. Não deveria ser complicado dialogar com esses textos, bem como com os escritos de outras civilizações e épocas: mas o desconhecimento, sendo o pilar da intransigência, é também a oportunidade do erro. Isso se aplica a todo e qualquer discurso que proponha reformas sociais e culturais; e por isso, é importante conhecer as fontes históricas, para saber do que se tratam, e quais suas contribuições ou influências para o contexto atual.

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



Esses incômodos me levaram a trabalhar, pois, na elaboração de um guia de fontes básicas sobre a História das Mulheres. Essas coletâneas [mais conhecidas em inglês como ‘Source books’] abundam em outros idiomas, mas em português, ainda são raras. A meu ver, tornara-se urgente elaborar um projeto nesse sentido, fornecendo um quadro mais amplo do Feminino ao longo da história, e nas mais diversas civilizações.

Mas, o que ler?

A realização de um Livro-fonte exige uma unidade central na proposta, que dirige a escolha dos textos. Como afirmei antes, a preocupação era construir um quadro sobre a História das Mulheres; mas essa perspectiva era vaga, e muito ampla, dado os conjuntos de documentos disponíveis. Existem textos escritos *por mulheres* [visões ou testemunhos], mas que não implicam necessariamente em qualquer rompimento com o discurso machista ao longo da história; existem também textos *sobre as mulheres*, que em sua maioria, ao longo da história, são essencialmente machistas. Uma derradeira possibilidade seria a de apresentar as biografias de Mulheres notáveis – caminho válido e apreciável, mas que não atenderia nossas pretensões. Esse tipo de trabalho transforma as figuras notáveis em exceções, destacando-as do restante da sociedade. Isso nos afastaria das personagens cotidianas, agentes da mudança, cuja ausência dos nomes não implica de modo algum numa menor importância no curso da História.

Outrossim, alguém pode pensar que a construção de um Livro-fonte se trata de uma simples colheita de fragmentos dispersos, ajuntados numa massa de letras para deleite estético ou para a simples [e eterna] introdução a um determinado tema. Nada está mais distante dessa visão equivocada. A decisão de uma linha central, na escolha dos trechos, envolve uma pesquisa exaustiva – e em nosso caso, mesmo, a tradução de muitos textos indisponíveis em português, ou de difícil acesso, que irão constituir a proposta final.

Nesse caso, a preocupação era de estruturar uma visão sobre a condição feminina ao longo da História, o que determinou o caráter dos textos escolhidos. Assim, a concepção central seria mostrar, ao longo do tempo, as visões sobre a Mulher – tanto

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



as produzidas por homens quanto por mulheres. Por limitações de espaço, e em função da própria proposta do livro, o objetivo era criar um quadro geral, permitindo que o livro fosse utilizado, como afirmamos antes, como instrumento didático e guia introdutório, mas sem exaurir a questão.

Nascia, assim, o livro *Textos sobre História das Mulheres*, cuja produção geraria uma série de desdobramentos.

Descobertas

Essa escolha poderia nos fazer supor, por conseguinte, que um grande período da História das Mulheres seria coberto apenas pela escrita dos homens. Mas trata-se de um ledor engano. Apenas para exemplificar, mais uma vez: o primeiro texto de autoria reconhecida, na História da Humanidade, é o de Enheduana, sacerdotisa da antiga Mesopotâmia [datas: séc. 23 AEC]. Sim, o primeiro escrito de quem conhecemos a autoria é feminino. E se trata de uma luta política e religiosa acerba, o que nos indica que a produção textual masculina posterior não nos revela, de fato, as condições gerais da sociedade em sua profundidade.

Um princípio básico da interpretação histórica é que não devemos aceitar os documentos sem analisá-los. Isso se aplica, evidentemente, a todos os textos que serviram de base a formação da coletânea. Precisamos, pois, inverter certos paradigmas. Os textos asiáticos abundam em regras e orientações para controlar as mulheres – e manter-se-iam, nesse sentido, por milênios. Gregos e romanos repetiriam tom similar. Quando lemos uma grande quantidade de textos masculinos, que a todo custo defendem a submissão feminina, devemos nos perguntar: estamos diante de um quadro de dominação machista total ou, justamente ao contrário, de insubmissão ampla e irrestrita? Muitas vezes, percebemos pelos ‘detalhes’ nos discursos oficiais que a insistência nas recomendações quanto ao controle das mulheres nos revelam, justamente, a necessidade de submetê-las – e não, que fossem necessariamente submissas. Senão, como explicar a presença de Faraós-mulheres no Egito, a determinada Mãe de Mêncio [séc. 4 AEC] na China, ou de Safo de Lesbos [séc. 7

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



AEC]? Obviamente, a ausência de textos femininos na Antiguidade não implica que as mulheres não produzissem seus escritos, mas sim, que o controle político masculino procurou, gradualmente, banir o seu papel na história, restando-nos apenas materiais seletos. Portanto, até que a arqueologia possa virtualmente reverter esse quadro, resta-nos especular, por exemplo, o que Hipácia de Alexandria [séc. 5 EC], última grande filósofa, teria descoberto acerca da Astronomia e das ciências naturais.

Mesmo o advento do mundo cristão não arrefeceu a ação das mulheres na história. O *Evangelho de Magdalena* [séc. 1 EC] nos revela uma mulher sábia, discípula de um Jesus que poderia ser tranquilamente definido como feminista. E, embora o mundo europeu posterior tenha criado modelos ideais de mulher – Maria Santa, Madalena arrependida e Eva, a pecadora [nunca perdoada] – as mulheres continuaram laboriosamente a externar suas reivindicações. Por essa razão, a descoberta do texto de Cristina de Pisano [1363-1430 EC], foi absolutamente gratificante. Cristina criara um libelo em defesa de uma literatura feminina – e quiçá feminista – tão eficaz que os homens de sua época [a caluniada e difamada Idade Média] o preservaram; e lembremos que, em questões de gênero, o machismo muito dificilmente faz concessões.

Pela mesma razão, alguém poderia questionar a ausência de Hildegard de Bingen [1098-1179 EC]. Não era uma mulher a escrever? Sim, uma mística de grande quilate, e habilidade invejáveis. No entanto, seu discurso é o mesmo da cultura geral. Sua visão afirma a dos homens. Ela não proporcionara, portanto, a alternativa de Cristina, mas apenas, confirma as pretensões da ideologia dominante.

Feministas

A relação das fontes antigas e medievais nos fornece o substrato essencial para sabermos o que permaneceu nas estruturais sociais e culturais da atualidade, em vários sentidos. Todavia, como dissemos, isso não justifica sua permanência. O desenvolvimento humano, feito a partir de escolhas, exige o desenvolvimento ético da existência. Deste modo, o surgimento dos primeiros movimentos autenticamente feministas deve ser entendido como um progresso, e não como exceção, dada a sua

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



continuidade. A constatação do papel produtivo da Mulher, de sua consciência histórica e política, paulatinamente trouxeram a lume a sua ação transformadora na longa trajetória humana.

A virada do século 18 para o 19 nos revela as primeiras autoras absolutamente conscientes da questão feminina na história mundial. Olympe de Gouges [1784-1793] e Mary Wollstonecraft [1759-1797] elaboraram a primeira agenda direta dos direitos femininos. Era um desafio colossal, sem data para se encerrar; mas a marca dos grandes projetos da humanidade é sua atemporalidade, e a necessidade de existirem diante dos problemas que se propõe resolver. Rápido eco fez-se em várias partes do orbe terrestre, e o Brasil, atento as mudanças geopolíticas da época, revelou-nos a existência de Nísia Floresta [1810-1885], provavelmente a primeira autora feminista brasileira. Sim, o Império do Brasil dispunha de uma consciente defensora da educação para as mulheres – na época, algo socialmente vedado. No país da América Latina que mais tardiamente fundou universidades, no século 19 ainda era necessário brigar pelo direito das mulheres serem alfabetizadas e educadas numa escola. Nísia fundou educandários, lutou pela emancipação feminista, foi também abolicionista e marcou o início de uma longa história de lutas em nossas terras. O feminismo brasileiro, pois, nasceu junto com a História do Brasil Nação.

Os séculos 19 e 20 observam um aprofundamento das mulheres em protagonizar e escrever sobre sua própria história e direitos. Quem se propõe feminista, pois, não pode e nem deve deixar de lado esses momentos cruciais da história. Os fundamentos da luta, das ações, das reivindicações encontram-se delineados nesse período de intensa movimentação. Emmeline Pankhurst [1858-1928] e o movimento sufragista destacam-se na Inglaterra, sendo combatido como um movimento subversivo. O Socialismo abraçaria a causa feminista, nas vozes de Alexandra Kollontai [1872-1952], e Rosa Luxemburgo [1871-1919],.

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



Controvérsias

Foi também um momento de temáticas complexas e difíceis. Margaret Sanger [1897-1966], uma das defensoras da autonomia do corpo feminino, era também uma eugênista, envolvida com teorias racistas, fascistas e preconceituosas. Ela introduz um conceito novo, mas a partir de uma perspectiva da época – hoje entendida como lamentável. Esse tipo de conhecimento é válido, na medida em que nos prepara para entender as origens, problemas e encaminhamentos de questões mais recentes, como o aborto, controle de natalidade e práticas higienistas. Voltamos aqui ao ponto indicado no início do ensaio: é necessário conhecer um pouco melhor o passado para entendermos o que discutimos agora. As pautas contemporâneas da agenda feminista devem tomar conhecimento dessas leituras, no sentido de melhor se estruturarem para respondê-las.

O mesmo pode ser dito sobre a inadiável leitura de Simone de Beauvoir [1908-1986]. Hoje, qualquer um que pense em desfrutar de um pouco mais de liberdade em seus mais diversos sentidos – sexual, afetivo, cultural – deve minimamente conhecer as obras dessa autora. É notável a grande profusão de textos em que ela é criticada ou divulgada sem que muitos a tenham consultado [o que fica evidente para quem leu sua obra basilar, *O Segundo Sexo*, 1970].

É imprescindível retornar a já citada Lélia Gonzalez, autora brasileira que defendia o protagonismo das mulheres negras no feminismo. Essa autora brasileira já falava de atitudes, teorias e posturas feministas no Brasil, muitos anos antes de teorias similares virem dos Estados Unidos. Além disso, sua análise da história brasileira, do ponto de vista da cultura Afro-brasileira [da qual foi também uma ativa divulgadora] deveria constar em qualquer trabalho acadêmico sobre nossa história, dada sua lucidez e profundidade crítica e relacional.

Da mesma maneira, muito se fala sobre relações patriarcais e políticas sexuais. Mas quantxs conhecem Kate Millett? O assunto é amplamente discutido, e relativamente dominado, mas em pautas sumariadas e incompletas. O trabalho de Millett [1970] deve ser ressaltado nesse sentido, tendo em vista sua abrangente análise histórica, cultural e sociológica da questão.

BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.



Uma nova geração de escritoras feministas foi construindo o quadro das reivindicações contemporâneas. Shere Hite [1980] conseguiu chamar a atenção mundial com a publicação de sua extensa pesquisa sobre o prazer feminino e as relações de gênero. Em outra direção, Naomi Wolf [1992] cunhou termos como ‘Ditadura da Beleza’ para revelar o domínio do corpo feminino através dos padrões estéticos, ligados a heranças culturais de orientação machista. Especialistas em Ciências Humanas como Joan Scott [1991], Michelle Perrot [1993 e 2013] e Judith Butler [2003] colocaram as questões de gênero e a História das Mulheres como um campo bem determinado dentro – e fora – da academia. A passagem do século 20 para o 21 assistiu o surgimento de um número substancial de intelectuais feministas, das mais diversas orientações, capazes de propor e promover questões e ações ligadas às múltiplas pautas feministas da Contemporaneidade.

Um começo como conclusão

Nesse ponto, porém, é que se torna necessário retomar o início desse ensaio. A qualificação dxs debatedores feministas necessita de um espectro mais amplo de leituras. Como havia comentado anteriormente, muitos escritos, panfletos, textos, hipertextos, etc. são opimos em promover questões e debates, mas ocasionalmente, desconhecem os fundamentos ou raízes dos problemas aos quais atentam. Essa condição tem sido responsável pela reincidência ‘vitoriosa’ de precários discursos misóginos. A vivência e o protagonismo nas questões de gênero é um ponto de partida indiscutível para o entendimento e a participação no movimento feminista; todavia, o estudo das condições históricas, culturais e sociais que permeiam as relações de gênero é também indispensável para garantir uma formação sólida, e uma argumentação segura.

Nesse sentido, defender questões sem conhecer-lhes as origens, ou promover citações superficiais, deslocadas do contexto, tornam-se muitas vezes os pontos frágeis de um discurso necessário e urgente.

A promoção da causa feminista – ou ao menos, o entendimento da História das Mulheres – acabou se tornando o grande mote estruturador do livro *Textos sobre*



BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.

História das Mulheres. Aqui, preciso retomar, mais uma vez, o tom pessoal de minha apresentação. Obviamente, muitas considerações que teci aqui, nesse ensaio, foram providas de uma razoável pesquisa acadêmica e literária, impossível de caber no curto espaço desse texto. A questão, porém, não é essa. Ela diz respeito à capacidade de sermos sensíveis a leitura histórica. Compor o Livro-fonte sobre a História das Mulheres foi uma tarefa árdua, e em certos momentos angustiante, pela constante invocação da raiva, do ódio, do ressentimento, da impotência do controle total, da possessividade, enfim...dos mais diversos sentimentos negativos nutridos em relação a Mulher, ao longo de séculos, por uma estrutura ideológica machista que se propunha dominante. Nesse ponto, uma leitura atenta dos documentos nos revela uma longa trajetória de luta e sofrimento, que não pode ser posta de lado se nos entendemos minimamente humanistas.

A busca de uma nova consciência, pautada numa harmonia saudável entre as mais diversas formas de expressão de gênero e sexualidade, parece ser a única via possível para uma futura existência humana, isenta dos violentos conflitos materiais e culturais que continuam a nos assolar. Nesse sentido, torna-se indispensável o estudo, o conhecimento, e a promoção de uma Educação inovadora, desligada das utopias conservadoras misóginas que querem retomar um mundo que não mais existe – ou, que talvez nunca tenha existido de fato. Assim, pois, fica a oferta desse despretensioso ensaio, e o convite a leitura de nosso pequeno livro *Textos sobre História das Mulheres*.

Referências

- BUENO, André. *Textos sobre História das Mulheres*. [Introdução por Dulceli Tonet Estacheski] Rio de Janeiro/União da Vitória: LAPHIS/Revista Sobre Ontens, 2016.
Disponível em: <http://revistasobreontens.blogspot.com.br/p/livros.html>
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
- HITE, Shere. *O relatório Hite*. São Paulo: Difel, 1980
- MILLETT, Ket. *Política Sexual*. Lisboa: Don Quixote, 1970.
- PERROT, Michelle, *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2013.



BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.
Gênero: Educação e Sexualidades. União da Vitória:
UNESPAR, 2016.

PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1993.

SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS
Corpo, 1991.

WOLF, Naomi. *O Mito da Beleza*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.